

Refuncionalização de Enclaves Anacrônicos na cidade de Campinas - SP

O geógrafo assume, pela própria trajetória da construção de seu conhecimento, o desafio de enxergar no mundo algo mais que a simples aparência de suas formas, ou a casualidade dos eventos; aprende a, acima de tudo, ver no mundo um resultado da contínua construção do ser humano enquanto ser vivo e social. Dessa forma, nada mais natural que se procure respostas que esclareçam o mundo em que vivemos, e nada melhor que a Geografia para buscar este esclarecimento.

Este artigo deriva de um estudo que busca contribuir na análise de um cenário muito comum nas cidades grandes e médias nos dias atuais, que é a presença de edificações abandonadas, *objetos técnicos* que permanecem “alheios” ao processo de modernização do espaço urbano, imposto por uma racionalidade econômica, global e hegemônica. Esta racionalidade é, em grande parte, responsável pelo anacronismo e disfuncionalidade¹ das referidas formas, que não mais respondem à atual lógica do processo econômico de reprodução da sociedade.

Esta problemática não é novidade para a geografia, por mais que os termos acima referidos possam parecer novos aos geógrafos, tratam de uma preocupação comum que recebeu e vem recebendo a atenção de diversos autores, tanto na geografia como em outras áreas científicas ou técnicas, podendo ser contemplado, de certa forma, em estudos sobre “fraturas” e “rugosidades” espaciais, por exemplo. Nota-se que, independentemente da denominação, estas análises enfocam a problemática em função da existência de uma descontinuidade espacial em relação à organização e utilização do espaço. Entenda-se por descontinuidade, a não inserção ativa nos processos de

¹ O termo DISFUNCIONAL deve compreender algo que opera de maneira anômala, ou seja, possui uma *função* a qual se efetua diferentemente do que deveria, em prejuízo de sua potencialidade. Note a diferença com o termo DESFUNCIONAL que significa algo que se apresenta desprovido de função. A escolha do uso do primeiro em detrimento do segundo se explica pelo fato de que as *formas* a serem estudadas possuem função, por mais que freqüentemente sejam classificadas como abandonadas. Esta função atende a outras lógicas que não a lógica hegemônica de produção do espaço.

reprodução econômica do espaço urbano, de modo a funcionar como uma barreira física em um espaço altamente dinâmico.

O interesse dispensado a estes objetos técnicos se dá pelo fato de estas formas representarem um elo concreto entre o presente e o passado de um dado espaço, especialmente o urbano, imprimindo certo caráter contraditório a esta situação. Isto porque, estas formas anacrônicas e disfuncionais estão inseridas, mesmo que marginalizadas, na vida urbana, em um cenário de constante desenvolvimento das relações de produção do espaço, assim como da auto alimentada necessidade de modernização de suas formas. Acrescenta-se o fato de freqüentemente estas formas possuírem localização privilegiada, tanto no contexto econômico quanto em termos de utilidade pública, sendo dotadas também de enriquecida infra-estrutura.

Uma breve pesquisa nos possibilita constatar que o interesse por estes espaços abandonados não apenas se resume ao meio acadêmico e científico, fato que pode ser verificado com a crescente preocupação do poder público em recuperar estas áreas para o convívio social, sendo que, via de regra, isto significa atribuir nova função ao objeto. Em diversas grandes cidades, como por exemplo São Paulo e Santiago do Chile, esta tendência na política urbana pode ser observada. Da mesma forma observa-se a utilização de grandes eventos esportivos no intuito de realizar a recuperação de grandes áreas de uma cidade, um exemplo disso é a cidade de Barcelona e as Olimpíadas de 1992. Na própria cidade de Campinas, na qual se localizam as áreas a serem estudadas, pode-se observar esta preocupação com relação ao tema, principalmente em se tratando dos marcos históricos da cidade, como por exemplo: a restauração do Palácio dos Azulejos; a criação da Estação Cultura na antiga Estação Central do Complexo FEPASA; a criação e manutenção da Zeladoria do Centro, atualmente sediada no antigo Palácio da Mogiana; a restauração da fachada da Catedral Central; a revitalização da Rua 13 de Maio e a parceria com outras instituições em projetos de recuperação de outras áreas degradadas que possuem importância histórica para a cidade.

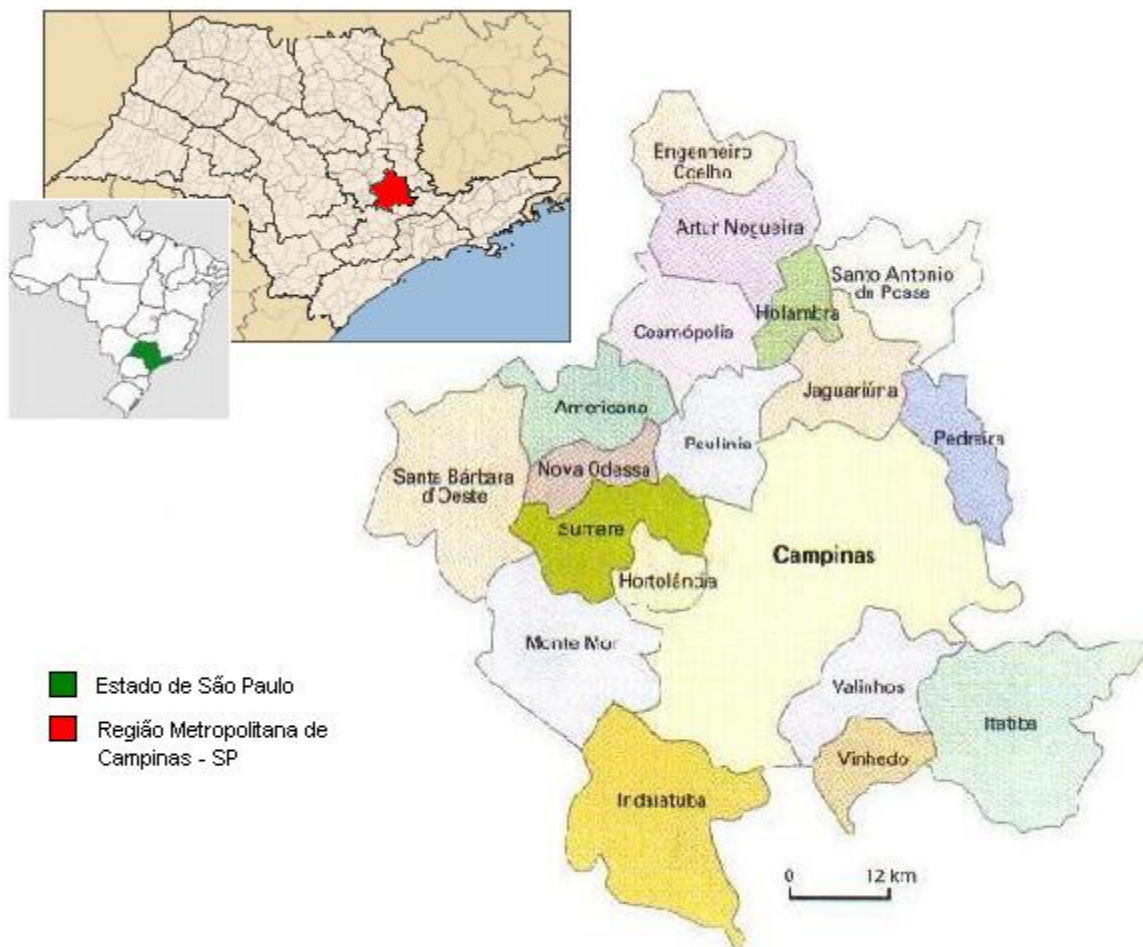
Neste contexto, cabe ressaltar que o objetivo do presente artigo não é a simples busca por dados e argumentos para provar a já provada necessidade de recuperação destas formas anacrônicas, uma vez que a sociedade é a principal prejudicada por sua disfuncionalidade, tanto em termos econômicos como em termos de qualidade de vida. Teve-se, também, o cuidado de não limitá-lo à simples descrição de algo localmente interessante e que, devido ao aprisionamento junto às peculiaridades do lugar, se limitasse ao campo da mera curiosidade cotidiana. Buscou-se não somente a compreensão do processo de abandono e de deterioração que leva a disfunção destas formas, mas, sobretudo, alcançar o entendimento de diferentes métodos utilizados para inseri-los novamente na dinâmica urbana de forma que se possa descobrir a melhor maneira de atender as necessidades da sociedade, não a partir da obtenção de modelos, e sim compreendendo o raciocínio geográfico utilizado para se chegar às diferentes soluções, evitando generalizações do espaço. Para tanto, procedeu-se a análise de duas diferentes maneiras, dotadas de diferentes objetivos, de se conduzir o processo de recuperação destes objetos: uma realizada pelo poder público e outra pela iniciativa privada.

A preocupação pela maneira com a qual se considera as necessidades da sociedade, principalmente a do entorno da forma estudada, pode ser considerada o principal motivo da definição tanto do título quanto do foco e objetivo deste trabalho, isto porque, reforçando o que já foi dito, uma vez que se compreende a necessidade de recuperação destas formas, caberia avaliar como as necessidades da sociedade são consideradas nos processos de recuperação.

Campinas será o cenário no qual se buscará alcançar os objetivos propostos neste trabalho, tendo em vista que, em termos econômicos, trata-se do segundo município em importância no estado de São Paulo (Brasil). Dotado de uma população aproximada de 1 milhão de habitantes, constitui sede e núcleo de uma Região Metropolitana de grande importância econômica para o país (ver figura 1), sendo também a sede de uma Região Administrativa que compreende

cerca de 90 municípios com aproximadamente 5 milhões de habitantes.² É este o espaço geográfico a ser estudado, o de uma cidade dotada de mais de duzentos anos de história e que hoje se apresenta conurbada com diversos municípios e altamente inserida na nova racionalidade global de uso do território.

figura 1 – Localização da Região Metropolitana de Campinas - SP



Fonte: Organização do autor (2009)

Neste trabalho, para se alcançar resultados satisfatórios, a visão geográfica de mundo deve, impreterivelmente, contemplar com eficiência as dinâmicas e mutações espaciais, e a forma como estas se dão no decorrer do tempo. Muito já se discutiu acerca do espaço geográfico, suas características e a melhor maneira de analisá-las. Dentro de diversas proposições, será adotada a que o considera um fato, um fator e uma instância social. Dessa forma, tanto sua origem como sua

² Fonte de dados: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (coordenadores). A Região Metropolitana de Campinas: Urbanização, Economia, Finanças e Meio Ambiente. Vol. 1 e 2.

dinâmica são condicionadas por relações sociais e a produção e reprodução da sociedade num dado espaço, o que tende a ser diferente ao longo de diferentes épocas.

No entanto, este espaço não deve ser visto como um palco, sendo passivo quanto à ação da sociedade, pois sua existência também é prerrogativa para a ação desta, o que nos leva à já muito conhecida proposição de que o espaço se constitui enquanto produto e condição das relações sociais, relações estas que ocorrem em uma determinada localização e em um determinado tempo. Ao considerarmos o fato de espaço e tempo serem indissociáveis, pode-se afirmar que, além de se constituir em um fato social, o espaço geográfico deve ser visto também como “um fato histórico”.³

Se o espaço se apresenta como um fruto das relações da sociedade, a cidade pode ser considerada “*como a expressão concreta de processos sociais na forma de um ambiente físico construído sobre o espaço geográfico*” (HARVEY, apud CORRÊA, 2001, pg. 121), sendo que a projeção deste espaço geográfico na cidade cria o que chamamos de espaço urbano, o qual segundo CORRÊA (2001, pg. 121) “*é fragmentado e articulado, reflexo e condição social, e campo simbólico e de lutas*”.

A cidade moderna se firma, então, como expressão concreta máxima do capitalismo, arquitetada sob a égide de um modo de produção gerador de desenvolvimento desigual, desigualdade esta, presente tanto na disposição dos objetos técnicos neste espaço como no acesso a estes e a outros elementos necessários a reprodução da sociedade. Por este mesmo motivo, ‘o espaço urbano é também mutável’,⁴ pois a sociedade, assim como a racionalidade do capitalismo, sujeitam o espaço a uma constante transformação que, entretanto,

³ KOSIK, 1967 apud SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 1978, Pg. 130. Milton Santos utiliza o conceito de “fato histórico” de Karel Kosik, e o aplica para o espaço geográfico.

⁴ “... por ser reflexo social e porque a sociedade apresenta dinamismo, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados. Mas é preciso considerar que a cada transformação o espaço urbano se mantém desigual, ainda que as formas espaciais e o arranjo delas tenham sido alterados”. (CORRÊA, R. L. Trajetórias Geográficas. 2001, pg. 149). Note-se que por ser um produto social, o espaço também reflete algumas características da lógica social que o criou.

não imprime modificação ao cerne da racionalidade e da organização social, mantendo-o enquanto espaço desigual: fragmentado e articulado.

Utilizando-se então desta visão geográfica apresentada chega-se à necessidade de atentar para os objetos técnicos a serem analisados, ressaltando que o simples estudo das formas não é capaz de permitir a visualização de sua concretização, isto porque sua essência aparece nos processos e funções que emanam da estrutura. A própria denominação das formas como sendo “objetos técnicos” traz no seu bojo a consideração de que estas são imbuídas de técnicas, ou seja, de diferentes lógicas e métodos de produção de espaço, de materialização das ações e, até mesmo da ideologia e valores, correspondentes a épocas distintas.

A partir desta caracterização, e da necessidade de se entendê-la, propõe-se um método que contemple com eficiência esta unidade, nos remetendo a uma análise que considere: *forma, estrutura, função e processo*.⁵ Trata-se, então, de uma estrutura em seu movimento de transformação, o que imprime mudanças nas formas espaciais, ou seja, que produz novas materializações no espaço, isto significa dizer que o próprio abandono, subutilização ou funcionamento anômalo configuram uma mudança em qualquer forma, no sentido funcional e estrutural, sendo resultado de algum processo ao longo do tempo.

Uma vez explicitado o “olhar geográfico” constituinte da análise do objeto, e a metodologia desta, torna-se importante a definição, e a busca, por uma terminologia referente aos objetos técnicos em questão. Inicialmente, buscou-se uma associação com o termo *brownfield*, já muito difundido nos Estados Unidos, tendo sua origem em estudos realizados na Pensilvânia, EUA, mais especificamente na cidade de Pittsburgh.

Segundo a *US Environmental Protection Agency* (EPA), agência de proteção ambiental dos Estados Unidos, “brownfields são velhas indústrias ou terrenos industriais cujo redesenvolvimento encontra-se estagnado devido a uma

⁵ “Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade”. (SANTOS, M. Espaço e método. 1985, pg. 52)

potencial contaminação e uma limitada capacidade de demanda para novos usos”.⁶ Esta definição regulamentadora deu origem a uma lista de áreas de ação prioritárias, também conhecida como *Superfund Act*.⁷ Pode-se dizer que estas áreas possuem como característica comum a dificuldade de se encaixar nas necessidades regidas pela lógica de apropriação do espaço, principalmente devido à presença de algum passivo ambiental, presença esta que se contrapõe às qualidades locacionais destas áreas.

Em termos de meio ambiente urbano, segundo RUSS, os Brownfields constituem uma “oportunidade para a recuperação do espaço urbano assim como uma lembrança de práticas degradantes realizadas no passado”,⁸ que representam exemplos de desrespeito ambiental. Além da questão ambiental, os brownfields também constituem um problema econômico, uma vez constatada a relação antagônica entre a limitação para novos usos, concomitante a uma infraestrutura já implantada, com atrativos locais importantes à sua nova utilização,⁹ que acabam por agregar <valor>¹⁰ ao local.

Apesar de elucidativo, o conceito original se apresenta limitado à realidade norte-americana e a sua dinâmica espacial. Vários outros países já possuem, ou possuíam, denominações que se assemelham ao recente termo *brownfield*, guardando estas, suas próprias especificidades.

No caso brasileiro, em função da imensa diferença que nos separa da realidade dos Estados Unidos, tornar-se-ia clara a necessidade de se realizar diversas adaptações ao termo original, acarretando inevitavelmente a sua

⁶ Definição retirada junto a seção 101 da CERCLA (*Comprehensive Environment Response, Compensation, and Liability Act*), obtida junto ao sítio <http://www.epa.gov/swerosps/brownfields/glossary.htm#brow>

⁷ “O ato (lei) ordenou a limpeza de áreas contaminadas e estabeleceu um sistema de classificação (ranking) destas. Áreas suspeitas eram inseridas em uma lista conhecida como CERCLIS *List (Comprehensive Environmental Response Compensation and Liability System)*. Cada área foi visitada e avaliada, e então classificada, sendo posteriormente inseridas em uma *National Priority List (NPL)*, as quais viriam a ser prioritariamente alvo das ações da EPA”. RUSS, T. H. Redeveloping Brownfields: Landscape Architects, Planner, Developers. 2000. Pg. 8

⁸ “Brownfields stand as both an opportunity for recovering urban land as a reminder of the harmful and wasteful practices of the past”. RUSS, T. H. Redeveloping Brownfields: Landscape Architects, Planner, Developers. Pg. 1

⁹ Esta característica intrigante é salientada por MULLER (no artigo: “Were is new urbanism in Pittsburgh?” do periódico USA Newsletter, número 1). Obra consultada junto ao sítio www.pitt.edu/~cities/brownfields.html

¹⁰ Ver SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade (Ensaio).

substituição. Isto explicita a necessidade de criação de um termo que reflita a realidade social e espacial brasileira, isto porque ao considerarmos o papel do trabalho e da divisão do trabalho na gênese do espaço urbano, como foi afirmado anteriormente, devemos considerar também o papel da divisão internacional do trabalho enquanto grande responsável pelas diferenças espaciais entre os países.

Dessa forma, para se entender como a dinâmica espacial brasileira é responsável pelo surgimento de *brownfields* ou de *enclaves anacrônicos*,¹¹ faz-se necessário lembrar o conceito de *Formação Econômica Social e Espacial*, dentro do qual se pode afirmar que numa determinada etapa da sociedade humana, cada modo de produção é necessário, portanto, útil e progressista. Em geral, com o passar do tempo, as relações de produção não acompanham o desenvolvimento das forças produtivas, esta contradição gera conflitos que em parte são responsáveis pela substituição dos modos de produção.

No atual modelo produtivo capitalista, o que muda não é o modo de produção em si, e sim o regime de acumulação, baseado em um novo sistema técnico, isto porque a alienação do produtor, visto apenas como força de trabalho, calcada na existência do salário, e que se apresenta como característica fundamental do modo de produção capitalista, continua sendo, também, a característica fundamental de qualquer regime de acumulação capitalista. Por mais que os regimes de acumulação estejam imbuídos dos alicerces do capitalismo, estes apresentam diferentes formas de uso e produção do espaço. Assim, a sucessão dos períodos técnicos explicaria o porquê de a produção do espaço se diferenciar, apesar da manutenção do modo de produção.

Após a segunda guerra mundial, iniciou-se um período que se distingue dos anteriores pela existência de uma profunda interação entre ciência e técnica, que se unem sob a égide do mercado, o qual, por consequência dessa união, torna-se global. Quando se faz referência a um novo período, há de se entender que a sucessão de períodos deve ser creditada à evolução das técnicas, pois são elas que definem a relação de construção do espaço geográfico na forma de sistemas técnicos, os quais a sociedade faz uso.

¹¹ Termo usado em substituição ao termo *brownfield*, cuja constituição foi proposta neste trabalho.

As características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas. Desse modo, o conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios, desde os albores da história até a época atual. Cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas da técnica. (SANTOS, 2006, pg. 171).

Sendo o desenvolvimento das técnicas e, por conseguinte dos sistemas técnicos, determinantes das relações de produção, chega-se a conclusão de que a substituição do paradigma produtivo fordista pelo da acumulação flexível, está atrelada à gênese de um *meio técnico científico e informacional*, trazendo-nos também, a construção de um novo período,¹² o qual tem na informação elemento de diferenciação dos espaços. “O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização”,¹³ é a materialização desta racionalidade global, altamente competitiva, nos lugares. Este acirramento na competitividade capitalista acaba agravando a busca frenética por desenvolvimento de técnicas, assim como das estruturas, que pode ser visto como um auto alimentado processo de *modernizações sucessivas*.

Na verdade, não há uma só modernidade [...] O que existe são modernizações sucessivas, que de um lado nos dão, vistas de fora, gerações de cidades, padrões de urbanização e, vistas de

¹² “As épocas se distinguem pelas formas de fazer, isto é, pelas técnicas. Os sistemas técnicos envolvem formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discurso e interlocução. O casamento da técnica e da ciência, longamente preparado desde o século XVIII, veio reforçar a relação que desde então se esboçava entre ciência e produção. Em sua versão atual como tecnociência, está situada a base material e ideológica em que se fundam o discurso e a prática da globalização”. (SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 2006, pg. 177).

¹³ SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 2006, pg. 239.

dentro, padrões urbanos, formas de organização espacial, já que cada periodização, trazendo formas próprias de arrumação das variáveis, permite reconhecer um processo histórico mais geral, seja onde estivermos. (SANTOS, 1994, pg. 71).

Cabe agora compreender de que forma toda esta construção teórica acerca do capitalismo vem contribuir para o entendimento dos objetos, e a conseqüente substituição do termo *brownfield* por **enclave anacrônico**. Primeiramente, a presença de contaminação deixa de ser prerrogativa para a disfuncionalidade de formas, isto porque, ao contrário dos Estados Unidos, não temos no Brasil uma efetiva aplicabilidade de legislação ambiental capaz de promover o surgimento e a manutenção de formas disfuncionais. Em segundo lugar, em função da inexistência de passivo ambiental¹⁴, ou de sua não problematização, os **enclaves anacrônicos** não representam uma herança de práticas passadas degradantes ou desrespeito ambiental, pelo contrário, apresentam-se comumente atreladas a sentimentos nostálgicos, sendo muito bem vistas pela sociedade, constituindo patrimônios históricos desta.

Em termos de origem, ambos possuem diferenças significativas; enquanto o primeiro surge por iniciativa de um órgão público¹⁵, ou seja, surge a partir da ação direta do Estado, em nível federal, o termo aqui proposto não é contemplado por nenhuma política direta e contundente do Estado brasileiro, cabendo à comunidade científica empenhar esforços buscando soluções para este problema. Dessa forma, além de não possuir a mesma origem e significado, os termos não compartilham a mesma atenção das políticas públicas de seus respectivos Estados. Acrescenta-se o fato de que o arcabouço teórico e metodológico erigido pelos geógrafos brasileiros para adaptar o termo norte-americano ao Brasil é mais

¹⁴ Segundo SANCHEZ (2001, pg. 18), o termo passivo ambiental pode ser utilizado para descrever “o acúmulo de danos ambientais que devem ser reparados a fim de que seja mantida a qualidade ambiental de um determinado local”. Para este autor, “a noção de passivo ambiental, que foi tomada emprestada das ciências contábeis, representa, num primeiro momento, o valor monetário necessário para reparar os danos ambientais”.

¹⁵ Relembrando, o termo *brownfield* surgiu para definir áreas industriais desativadas, e potencialmente contaminadas, que viriam a ser alvo de ações de reabilitação, realizadas ou supervisionadas pela *US Environmental Protection Agency* (EPA – Agência de Proteção Ambiental dos EUA).

do que suficiente para sua substituição, uma vez que traz não só modificações ao original como também o imbue de um significado mais abrangente e identificado com a realidade brasileira.

No Brasil, o abandono e a contínua disfuncionalidade das formas têm por origem uma não-adequação às necessidades da sociedade e de seus meios de produção, ou seja, uma não-adequação a novas formas de utilização do espaço. Nossa realidade sócio-econômica sempre se apresentou subordinada a diferentes lógicas de estruturação do território, originadas nos países desenvolvidos, mostrando-se assim extremamente suscetível ao processo de modernizações sucessivas. A incapacidade de controlar, ou ao menos acompanhar, eficientemente este processo, rende ao espaço urbano brasileiro estruturas que, tendo cessado suas funções, deixaram na configuração espacial um grande número de formas anacrônicas e disfuncionais que representam um entrave ao desenvolvimento desta modernidade, e ao mesmo tempo um desafio à busca de novas funcionalidades a estas formas.¹⁶

Uma vez definido o termo a ser utilizado, faz-se necessário definir o que se espera dos agentes que irão modificar a função do objeto técnico, ou seja, se espera uma revitalização, recuperação, restauração, refuncionalização ou outro “re” qualquer. O uso do prefixo “re” pode ser encarado como uma espécie de saudosismo, ou seja, nasce do anseio de que algum bom momento vivido no passado possa retornar. Importa salientar que este saudosismo é extremamente justificável, uma vez que se deve ao fato de que o espaço nos traz recordações do passado, lembranças estas que fazem parte do processo de construção do presente e do futuro. Desta forma, estes termos nos remetem a um legítimo desejo da sociedade de não permitir que o processo de modernizações sucessivas destrua o passado, e assim, apague a memória social que é

¹⁶ “A estrutura é muito mais fácil de se apropriar, pois é o presente, ao passo que a forma é o resíduo de estruturas que foram presentes no passado. Destas, algumas já desapareceram de nossa visão, e às vezes mesmo do nosso entendimento. Nos conjuntos que o presente nos oferece, a configuração territorial, apresentada ou não na forma de paisagem, é a soma de pedaços de realizações atuais e de realizações do passado. [...] Em todos os momentos as formas criadas no passado tem um papel ativo na elaboração do presente e do futuro. A história da cidade é a das suas formas, não como um dado passivo, mas como um dado ativo, e esse fato não pode nos escapar em nossa análise”. (SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. 1994, pg. 69 a 72)

responsável por sua identificação. Entretanto, as mudanças de racionalidades impostas ao espaço tentam impedir o retorno a racionalidades ultrapassadas e, neste ponto, a sociedade deve atentar para os seus verdadeiros objetivos, se ela deseja participar plenamente da racionalidade hegemônica ou se ela atingiu a maturidade para definir seu próprio caminho. Seria de extrema importância, então, que os desejos da sociedade não se encerrassem na banalização do “re”, o que faz com que muitos destes termos percam sua eficácia, ou mesmo, que sejam utilizados pelos atores hegemônicos como estratégia para inseri-la na sua racionalidade de uso do espaço, como acontece com a *revitalização*, por exemplo. Isto quer dizer que o fortalecimento do termo, e conseqüentemente da ideologia, a ser utilizado é quase tão importante quanto o ato de inseri-la plenamente ao cotidiano da cidade.

Com relação aos objetos técnicos analisados, cabe dizer que estes apresentam estágio avançado de recuperação, uma realizada pelo poder público e a outra pela iniciativa privada. O objetivo primordial desta análise comparativa consiste na avaliação dos benefícios trazidos para a sociedade, considerando as possibilidades de uma utilização plena e cidadã destes espaços, dotada de uma destinação que vise atender as demandas sócio-culturais da população. Isso levará a um inevitável confronto entre o espaço público e o espaço privado.

[...] o espaço se reproduz de um lado a partir da contradição entre produção socializada e apropriação privada e de outro a partir da luta no interior da sociedade entre o que é necessário ao processo de reprodução do capital e o que a sociedade como um todo necessita. Este ponto leva-nos, necessariamente, a pensar as possibilidades de transformação do espaço e da sociedade. [...] Vimos que o espaço produz-se em função das necessidades e objetivos do capital, mas também vimos que a sociedade não se deixa inserir nessa lógica sem resistência. (CARLOS, 1994, pg. 84).

O primeiro objeto compreende a Estação Central do Complexo FEPASA, hoje denominada Estação Cultura, que é parte integrante do perímetro que constitui o núcleo popularmente conhecido como centro da cidade (ver Figura 2).

Figura 2 - Delimitação do Centro Popular de Campinas e Localização dos Objetos de Estudo.



Fonte: Imagem original obtida junto ao programa Google Earth. Adaptações realizadas por MAK (2007).

O Complexo da Estação Central ocupa uma área de 337,7 mil metros quadrados, segundo dados da Folha de São Paulo, e inclui: a Estação da Cia. Paulista, armazém geral, oficina da Cia. Paulista, túnel de pedestres sob a linha férrea, oficinas e armazém geral da Cia. Mogiana, caixa d'água, escritórios, usina geradora e oficinas de locomotivas, rotunda¹⁷ e oficinas de carros e vagões. Deste complexo, alguns galpões de armazenamento e oficinas, ainda se apresentam subutilizados e outros sob uso da empresa Brasil Ferrovias.

Destes componentes, o que mais interessa, no caso a Estação (ver Figura 3), teve seu processo de recuperação iniciado pela PMC (Prefeitura Municipal de

¹⁷ Rotunda é o local utilizado para virar a locomotiva, mudando sua direção, geralmente consiste em um equipamento que desloca o trilho e, com a locomotiva acima, gira 180° para inverter o sentido.

Campinas), durante o período do ex-prefeito Antônio da Costa Santos, o Toninho¹⁸, e concluído após sua morte.

Figura 3 – Prédio da Estação Cultural.



Fonte: MAK, M. A. T. F. (2007).

Antes do processo de refuncionalização realizado pela prefeitura, constatava-se na área, e em algumas edificações ainda se constata, diversos aspectos característicos de um *enclave anacrônico*:

- Contribuem para desvalorizar o entorno;
- Deterioram a imagem de uma cidade perante a opinião pública;
- Provocam cortes no tecido urbano;
- Favorecem o depósito clandestino de resíduos;
- Podem ser objeto de ocupação clandestina, desvalorizando ainda mais o entorno;¹⁹

¹⁸ O governo do ex-prefeito Antônio da Costa Santos teve início no ano 2000 e foi prematuramente interrompido em 2001 com o seu assassinato.

¹⁹ Adaptado de SANCHES (2001, pg. 30). Constata-se que estas características trazem transtornos à população e ao mercado imobiliário, isto incita uma discussão acerca do fato de a sociedade aceitar tão naturalmente que problemas do mercado imobiliário devam ser compartilhados por todos. Entretanto, esta discussão demandaria um estudo teórico sobre a construção de uma *psicosfera*, um ideário, responsável por

Este cenário só começou a ser revertido com o início da ocupação da Estação Central por parte da Secretaria de Cultura, Esporte & Turismo e a implantação de um posto avançado da Guarda-Municipal. Em termos de funcionamento burocrático da Secretaria, na estação estão sediadas suas subsecretarias e coordenadorias. Além de ser endereço de uma Secretaria, a Estação Cultura oferece atividades culturais à população, dentre elas, shows diversos, exposições, seminários e oficinas culturais além de sediar projetos culturais como a Casa do *Hip Hop*, a Biblioteca Itinerante e outros. Conforme entrevista com a responsável pela Coordenadoria de Ação Cultural:

Nós temos a casa de cultura do *hip hop*, que é entendida como uma casa de cultura temática [...] Aquele espaço hoje é pequeno, na gestão anterior era maior, porém de difícil acesso. As pessoas que atuam nessa área, que dançam o *break*, utilizam aqui, a plataforma, todos os finais de semana. De maneira geral, a mudança para cá foi melhor para quem atua nesta área, porque este é um espaço livre. Então eles podem fazer a ‘evolução’ deles, da melhor maneira possível. [...] a ‘virada paulista’, este foi um dos espaços utilizados para este evento. [...] Outro dia mesmo, aconteceu aqui na plataforma da estação, a finalização de uma oficina, que foi contemplada pelo FIC, que é o Fundo de Investimento da Cultura, da Secretaria de Cultura Municipal. Então foi muito agradável, porque foi bem em frente ao bar, assim as pessoas que estavam no bar tiveram a chance de assistir à um espetáculo, e quem veio de fora teve a oportunidade de beber ou comer alguma coisa no bar.

Este objeto constitui, sobretudo, um bem tombado pelo patrimônio histórico, CONDEPHAAT, no ano de 1978, intitulado: “Estação Ferroviária Alfredo P. M. Azevedo” (Número de tombamento – 20.682/78). Este processo teve seu início vinculado ao projeto de construção de um complexo viário que viria a ameaçar o conjunto histórico arquitetônico, foi marcado por apelações de ONGs e por negociações entre a prefeitura e a FEPASA. A Estação figura como uma das principais referências do centro devido à sua relação histórica com a cidade,

legitimar uma *tecnosfera* que não se fundamenta na justiça social, trazendo uma nova perspectiva de análise social, passível de ser objeto de estudos futuros. Cabe dizer que, em contrapartida a idéia de *gentrificação*, considerou-se a ocupação clandestina como impeditiva do uso pleno do objeto pela sociedade.

possuindo um grande potencial enquanto pólo de irradiação dos investimentos.²⁰ Cabe salientar que, ao tomar posse como prefeito da cidade, o arquiteto Antônio da Costa Santos aprovou lei que limita o uso do complexo, mais especificamente da estação, à atividades públicas. Assim, estes investimentos devem ser focados na produção cultural ou, em serviços de cunho público; no entanto, mesmo não sendo diretamente ligados ao processo produtivo do capital, estes investimentos culminarão na valorização do centro da cidade.

Uma vez explicitada sua importância, e o que significaria a continuidade de sua disfuncionalidade, cabe analisar os processos históricos responsáveis por sua importância e situação presente.

Em 1868, o capital particular, essencialmente derivado dos grandes cafeicultores locais, funda a Ferrovia Paulista constituída de linha de 44 km, ligando Campinas a Jundiaí, passando a operar em 1872, mesmo ano de inauguração da Ferrovia Mogiana, que aproveitou o leito do antigo “Caminho dos Goiares”. Logo após instalou-se a Sorocabana, constituindo o maior entroncamento ferroviário do país. O processo de instalação destes grandes objetos técnicos encontra uma vida urbana ativa, seja do ponto de vista econômico, seja do cultural. É neste quadro de uma tradição urbana existente que os impactos da presença ferroviária se farão sentir. A cidade existente estava fisicamente estruturada em torno de três largos - da Matriz Velha, do Rosário e da Matriz Nova. Esta última tem sua construção iniciada em 1807 e concluída em 1883. A esta igreja, mais que marco religioso, é atribuído papel central no esvaziamento do núcleo central da cidade e na definição de um novo eixo de crescimento agora linear e reticulado. O ordenamento público municipal, já em 1873, reestruturou a organização do trânsito, em que as vias abertas ligaram a Matriz Nova com o primeiro largo não religioso da cidade - a Estação da Companhia Paulista, construindo assim um novo eixo que (ver Figura 4), diferentemente do anterior, ordenaria o fluxo urbano no sentido Leste-Oeste.

²⁰ Devido ao fato de ter sido grande geradora de desenvolvimento para Campinas, a Estação da antiga Cia Paulista constituiu-se, ao longo do desenvolvimento da cidade, em um dos eixos de orientação do crescimento urbano desta. Desta forma, a Estação Cultura também orienta, ainda hoje, os fluxos internos à cidade, capacidade que se traduz em potencial pólo de irradiação de investimentos, como afirma BADARÓ em “Plano de Requalificação Urbana da Área Central de Campinas”, 2002.

figura 4 – Foto que ilustra os eixos construídos a partir da matriz nova (parte inferior do mapa) em direção à estação ferroviária (parte superior).



Fonte: LAPA, J. R. A., 1996.

A importância da estação no crescimento da cidade comprovou-se pela proliferação de estabelecimentos comerciais que se instalam ao seu redor: comércio atacadista, de alimentos, depósitos para produtos a serem transportados, bares, hotéis, restaurantes. Entretanto é importante notar que se o prédio da estação possui caráter monumental e emblemático das mudanças em curso desejadas e usufruídas pelas elites, estas, no entanto, definem o bairro Cambuí como local privilegiado de moradia. Entre este bairro e a estação existia toda a cidade, tratava-se da maior distância possível. A ferrovia se tornou, além de um instrumento para a oligarquia cafeeira, um elemento gerador de desenvolvimento para a cidade, contribuindo para o intenso estabelecimento de melhoramentos urbanos, localizados próximos ao comércio instituído no centro, mais especificamente na região da Estação Central.

Mesmo após o declínio do café, produto responsável pelo seu estabelecimento e desenvolvimento inicial, a ferrovia, em especial a Cia Paulista de Estradas de Ferro, continuou a possuir forte presença na produção do espaço paulista, sendo responsável direta pelo surgimento de várias cidades e pela implementação industrial. Acima de tudo, ela era a responsável por introduzir a

modernidade técnica nas cidades, trazendo uma reestruturação das relações de produção, sendo precursora nas relações trabalhistas e na previdência social. Dessa forma, pode-se dizer que a ferrovia foi um grande agente na inserção de um novo período técnico para Campinas, e a figura maior deste agente consolida-se na Estação Central.

Entretanto, o próprio processo modernizatório, do qual a ferrovia foi um símbolo, trouxe no seu bojo uma nova racionalidade também para a infra-estrutura de transportes. Em seu Plano de Metas do Governo, no qual pretendia realizar “50 anos em 5”, Juscelino Kubitschek instituiu o transporte rodoviário como ferramenta da modernidade, relegando à ferrovia conotação ultrapassada. Então, uma instituição de grande poder modificador no espaço, passa a contribuir para um desenvolvimento que significaria o seu fim. De certa forma, e os ferroviários em geral acreditam nisso, o início do processo de desmantelamento da ferrovia pode ser datado no governo de Juscelino Kubitschek.²¹

Tanto a gênese de políticas de reestruturação da matriz de transportes como a introdução de uma nova racionalidade operativa levou a subutilização e precarização da Estação Central. Apesar de o processo de diminuição do transporte de passageiros já ter ocasionado a perda de importância da Estação, a sua erradicação marca o fim de sua função inicial, um período de subutilização e precarização de sua forma que se inicia no ano de 1998 e se estende até o início da administração do ex-prefeito Toninho.

As primeiras ações do município, também na década de 1990, em relação à esta subutilização eram frágeis e não constituíam uma verdadeira política, em seu sentido mais amplo, tendo como principal ação a implantação do VLT (Veículo

²¹ “Esse processo começou exatamente na época do início do ‘rodoviarismo’ no Brasil, se a idéia for precisar o momento, é esse aí. Mas nós não sabíamos disso, a gente não tinha essa grandeza. Para se ter uma idéia, em 1962, na década de 60, a Cia Paulista foi à Volkswagen do Brasil, junto com a rede ferroviária federal, que passava perto deles, e ofereceu um ramal para o transporte da produção via ferrovia [...] e a Volkswagen recusou, por que? Porque não interessava para ela dar carga para a ferrovia, ela recusou, era barato, as terras eram todas devolutas então era fácil fazer um ramal da Volkswagen de São Bernardo do Campo [...] Nós tínhamos a condição de exportar toda a produção brasileira, naquela época, via ferrovia, a um custo baixíssimo, mas a Volkswagen recusou porque para ela interessava fazer uma Anchieta paralela com a rede, uma Anhanguera paralela com a Paulista, e levar a carga de cegonha (caminhão) que ela mesma fabricava. Então o fim começou aí, no meu ponto de vista, com esta política caolha”. Trecho da entrevista com ex-funcionário do setor de informática da Cia Paulista.

Leve sobre Trilhos), chamado metrô de superfície, que operou comercialmente entre 1993 e 1995, mas que, devido a um mau planejamento, não obteve êxito, passando a compor, junto às estruturas originais, um cenário de degradação e abandono, o qual trouxe mais transtornos e desvalorização ao centro de Campinas.

A administração assumida inicialmente sob o comando do prefeito Antônio da Costa Santos, ou Toninho do PT, teve entre outras preocupações, a questão da preservação do patrimônio arquitetônico e histórico da cidade de Campinas, além de uma especial atenção com o centro, marcando o início do processo de recuperação do objeto e transformação em Estação Cultura, cuja organização e funcionamento, foram responsáveis pela refuncionalização deste *enclave anacrônico*, como nos afirma Valter Pomar, ex-secretário de Cultura, participante do referido governo:

O prefeito Antônio da Costa Santos, poucos dias antes de ser assassinado, renovou o decreto que tornava aquela área (bem como de outras áreas) “de utilidade pública, passível de desapropriação”. Com isso, bloqueou a tentativa de vender aquele terreno. Em dezembro de 2001 eu assumi a secretaria de Cultura, Esportes e Turismo da cidade de Campinas. No início de 2002, decidi transferir a sede da Secretaria para o prédio da Estação Central. Essa decisão foi tomada por mim, devido a uma série de motivos. Um deles era ligado ao funcionamento da secretaria, que até então estava no Lago do Café. Outro era ligado ao projeto de revitalização da área central da cidade. Um terceiro motivo era vinculado à melhor ocupação e preservação daquele espaço. Uma vez no local, estabelecemos um plano inicial de ocupação do espaço e sua transformação num centro de atividades culturais, o que foi oficializado em agosto de 2002, com o lançamento da Estação Cultura. A partir de então, estabelecemos como meta dar uso e ocupar o conjunto daquele espaço.

Mesmo tendo envolvido intensas negociações com os consórcios detentores do direito sobre a malha ferroviária, trata-se sobretudo de um processo

de recuperação público, em sua concepção, execução e finalidade.²² Como novamente afirma o ex-secretário.

Tratamos inicialmente com a Ferrobán (e sua sucessora), bem como com a RFFSA. Da nossa parte, havia uma decisão muito clara: aquele espaço era público e sua preservação/ocupação era uma tarefa da administração municipal.

Dentro desta política, que continua a ser conduzida, a atual administração demonstra alguma preocupação com o patrimônio histórico e arquitetônico da cidade, dando seqüência ao Plano de Requalificação Urbana da Área Central de Campinas, o qual orienta as ações municipais, o que pode ser verificado com a continuidade de ações de recuperação e manutenção do entorno.

Com relação ao segundo objeto, aqui chamado *Chalé Eclético*, é mais conhecido por abrigar um conceituado estabelecimento comercial, que oferece serviços diversos, o Giovanetti V (ver Figura 5), localizado no Cambuí, bairro próximo ao centro, e área de urbanização intensa e altamente verticalizada. Ainda em termos de localização, o *Chalé Eclético* está na esquina com a rua Benjamin Constant, a qual delimita o centro popular.²³ Está, ainda, ao lado do prédio da Prefeitura Municipal de Campinas, dentro das áreas de preservação patrimonial respectivas ao Colégio Carlos Gomes e a Capela Nossa Senhora da Conceição, esta no interior da Santa Casa de Misericórdia.

²² Com relação à publicidade de sua recuperação, segundo a resolução nº. 004 de 29/11/1990, o tombamento permitia apenas a transformação de áreas de ferrovia em áreas de lazer, sendo as edificações voltadas para o abrigo de atividades com finalidade social, o que viria constituir empecilho para as parcerias com a iniciativa privada. O falecido prefeito Antônio da Costa Santos, que era arquiteto por profissão, foi um dos protagonistas do movimento de preservação da Estação Central, “eleito prefeito de Campinas, consolidou a *Estação Paulista* e o complexo ferroviário como áreas de utilidade pública, impedindo a fragmentação do patrimônio por leilão”. Ver: REIS, Nestor G. Estação Cultural: Patrimônio Ferroviário do Povo de Campinas. 2004.

²³ Ver BADARÓ, Ricardo de S. C. Plano de Requalificação Urbana da Área Central de Campinas. Campinas: DEPLAN, 2002.

Figura 5 – Fachada da Pizzaria e Choperia Giovanetti V.



Fonte: MAK, M. A. T. F. (2007).

Quanto ao comércio ali estabelecido, trata-se de uma tradicional rede de pizzarias com mais de 70 anos de história, cujo público alvo constitui-se notadamente por pessoas de classe abastada (classes A e B). Esta construção, de grande beleza, teve seu processo de restauro, e posterior refuncionalização, realizado no ano de 1997, após polêmico e desgastante processo de tombamento,²⁴ pertencendo, nesta época, à Santa Casa de Misericórdia. Trata-se de um *Chalé Lambrequinado*²⁵, de constituição *eclética*, edificado sobre uma área de 1645 m², contando com uma área construída de 500 m², e uma área abaixo da construção principal. O restauro deste objeto foi realizado pela construtora Nova Forma Ltda, entre 1996 e 1997, que incluiu dois anexos, localizados ao fundo do *Chalé*, sendo que no da esquerda funciona uma mini-panificadora, no da direita, funciona um bar que atende aos clientes que ficam no lado externo do *Chalé*.

²⁴ n° 007 cujo início data de 17 de agosto de 1988, e tombado pela resolução n° 008 datada de 10 de dezembro de 1991.

²⁵ Lambrequinado diz respeito ao material de acabamento do Chalé, consiste nas hastes pontiagudas, geralmente em aço, localizadas na borda do telhado da construção.

Mesmo que, aparentemente, esta edificação não possua um grande valor em termos de memória coletiva da cidade, sua importância para a cidade poderá ser comprovada a partir de um levantamento histórico. Por mais que sua importância seja minimizada frente à Estação Cultura, ambas fazem parte do processo de desenvolvimento urbano da cidade de Campinas, e suas histórias são relevantes ao fortalecimento da identidade campineira.

Este *Chalé Eclético* tem sua construção datada do último quartel do século XIX, aproximadamente entre 1879 e 1893, segundo levantamento realizado pela historiadora Mirza Pellicciotta, construída por um médico da Santa Casa de Misericórdia. Este chalé²⁶ conservou a condição de residência de médicos e profissionais liberais bem sucedidos até 1967, quando foi vendida para a Santa Casa. Sua construção se dá em um momento muito especial para o desenvolvimento da cidade de Campinas, o período cafeeiro e mais do que isso, em um momento especial desta fase na qual a cidade enriquece em uma velocidade brutal e passa a figurar como um imponente centro da cafeicultura. À época de sua edificação, a cidade passava por intenso processo de modernização urbana, muito impactada pelo desenvolvimento trazido no bojo da ferrovia, contando com inúmeros equipamentos urbanos, tais como o matadouro municipal, o curtume, e a própria estação ferroviária central.

Em um sentido mais amplo, as transformações urbanas que Campinas viverá ao longo das décadas de 1870 a 1900 [...] serão responsáveis por uma nova configuração da cidade, tanto na questão da expansão territorial, criando-se novos bairros, praças, arruamentos, redefinindo-se as antigas áreas de especialização, como na edificação das construções públicas e privadas, erigindo-se pautadas por um conjunto de distinções sociais e por ideários de modernidade. As novas construções buscarão se demarcar “qualitativamente” diferentes das demais, erigindo-se como símbolos de poder e riqueza [...] Neste sentido, promovendo um deslocamento lento da área residencial abastada concentrada até então

²⁶ O estudo histórico acerca deste objeto está baseado no processo de tombamento n° 007/88, em documentações oficiais presentes neste e, mais especificamente, em estudo histórico integrante deste processo e realizado pela historiadora Mirza Pellicciotta, assim como em entrevista realizada com a mesma historiadora.

no centro da cidade, que também rumará para a área da Santa Casa de Misericórdia.²⁷

Enquanto que a cidade, no âmbito econômico e produtivo, apresentava grande furor desenvolvimentista, como já foi salientado, o chalé fazia parte de um movimento de fuga da movimentação do centro, em busca de um ar bucólico e fugindo dos bairros pobres. Constituiu-se durante um movimento de “subida” rumo ao Cambuí, realizado por novos ricos deste período, despertando assim novas centralidades. O *Chalé Eclético*, embora não possuísse a ostentação dos grandes palacetes e solares de barões, demonstrava o poder econômico de uma nova burguesia em ascensão (ver Figura 6), fruto das novas necessidades de uma Campinas em seu apogeu e de mudanças nas relações de produção de uma sociedade que abandona o escravismo.

figura 6 – Frente do Chalé Eclético, foto anterior ao abandono, mas sem data definida.



Fonte: MIS (Museu da Imagem e do Som)

Ademais de sua bela arquitetura, esta construção nos remete ao início do processo de segregação espacial no centro de Campinas, o qual não se limitou à simples ocupação por parte de uma classe abastada e a expulsão da classe pobre e camponesa que habitava a região anteriormente. Nas palavras da historiadora

²⁷ Trecho do levantamento histórico realizado pela historiadora Mirza Pellicciotta, pg. 6, obtido junto ao processo de tombamento n° 007/88, pg. 218.

Mirza, esta é “literalmente uma área de expurgo”. O processo de segregação foi fortalecido por políticas de melhoramentos urbanos da região, com a criação de parques e jardins públicos que, no entanto eram cercados e impediam a entrada de ‘qualquer um’, e também a construção de um grande colégio, Carlos Gomes, trazendo consigo a valorização do espaço, marcando assim a tentativa de se implantar um conceito de *boulevard* ao Cambuí.

Com o declínio da economia cafeeira, interessa notar que o chalé não sofreu impacto direto, já que os proprietários desta casa, ao longo dos anos, eram profissionais liberais, e não barões do café. É durante o Período da Consolidação Industrial, que a dinâmica urbana passa a gerar grandes mudanças na cidade. Com a predominância de um padrão urbano vertical, a nova racionalidade acaba por destruir construções, como o chalé, para construir prédios.

Devido a uma intensa reestruturação urbana de Campinas, especialmente do centro e seus bairros contíguos, à especulação imobiliária e à invasão de um uso comercial, o *Chalé Eclético* passou a não ter mais valor para a racionalidade dominante. Ou seja, este *processo* gerou uma modificação da *estrutura*, a qual, devido novas necessidades, passou a demandar outra *função*, que não a exercida originalmente pela *forma*. Desde então, o chalé apresentou inconsistência nas tentativas de inserir nova *função* ao objeto, notando-se neste momento que a *forma* já se apresenta imbuída de certa disfuncionalidade.

No dia 16 de agosto de 1988 vem ao conhecimento geral da cidade, devido a reportagem do jornal Correio Popular, o descontentamento da população do entorno quanto a situação do *Chalé Eclético*, principalmente devido à ocupação clandestina, cobrando providências junto a Santa Casa, proprietária do imóvel. Quase que simultaneamente, inicia-se processo de avaliação da relevância histórica, para fins de tombamento, isto por iniciativa da Associação Campineira de Ação Ecológica. No dia 2 de outubro do mesmo ano, um incêndio destrói aproximadamente 1/3 do imóvel, acidental ou não, este incêndio apresenta indícios de origem criminosa. O fato é que o *Chalé Eclético* se torna um bem tombado pelo CONDEPACC, por resolução de nº 008, no dia 10 de dezembro de 1991. Uma vez tombado, iniciou-se outro período conturbado de negociações,

estando de um lado o poder público e o respectivo órgão de defesa patrimonial, com o intuito de preservar a edificação, e de outro lado à Santa Casa, objetivando alcançar algum lucro com o chalé. No ano de 1995, três diferentes projetos de refuncionalização e restauração são aprovados: o pré-projeto do Giovanetti, o da Victória Produções Culturais (para a instalação de um Centro Cultural) e um projeto do SENAC. Mais uma vez de forma nebulosa, as negociações se encaminharam para a escolha do projeto da Construtora Nova Forma Ltda, para a implantação da pizzaria Giovanetti V e, em meados de 1997, conclui-se a recuperação do objeto.

Para compreender melhor o desfecho de situações que levaram os objetos à disfuncionalidade e, posteriormente à sua refuncionalização, deve-se considerar que freqüentemente as mutações do espaço ocorrem em função de interesses econômicos. No bojo de um desenvolvimento abrupto da cidade denotava-se a utilização de implementos urbanos como instrumento de apropriação do potencial do espaço urbano pela lógica capitalista soberana à época, estruturando “um mecanismo de apropriação do valor, diretamente vinculado à alavancagem da propriedade da terra, objetivando sua transformação em capital imobiliário”.²⁸ Era o próprio Estado quem realizava a mercantilização do espaço urbano, sendo instrumento essencial para o desenvolvimento da infra-estrutura capitalista no espaço.

A partir do momento em que o Estado assume diferente papel, ou talvez apenas uma postura diferente, e passa a efetivar políticas de reorganização do espaço urbano, cabe analisar os resultados desta, em detrimento do que a iniciativa privada já realizou, ou vem realizando. Este estudo comparativo deve ter como ponto de partida uma observação apurada quanto à preservação da memória, ou seja, do patrimônio histórico e arquitetônico dos objetos.

Primeiramente, a refuncionalização que culminou com o estabelecimento da Estação Cultura, regido pelo poder público, cuja relevância histórica para a cidade de Campinas é, sem sombra de dúvidas, bem maior que a do segundo objeto, foi

²⁸ Afirmação de Antonio da Costa Santos, apud BRAGA, José. Campinas entre o feito fetichizado e o fazer coletivo na definição dos investimentos públicos: limites e possibilidades. Artigo encaminhado aos Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política. 2006, pg. 11.

preocupação do poder público municipal, preservar a sua constituição como Patrimônio Histórico e Arquitetônico, cuja importância não se limita ao território municipal. Observa-se que, tanto na implantação das novas funções, como na restauração da *forma*, foi respeitada a característica arquitetônica do objeto, a qual constitui a primeira, e talvez principal preocupação de quem se identifica com a Estação. Ainda com relação às *formas*, o processo de refuncionalização do *Chalé Eclético* apresenta duas situações distintas. Na primeira, verifica-se um cuidadoso trabalho de reconstituição externa da construção, no qual se conseguiu trazer uma imagem condizente com a história da construção. Entretanto, em uma segunda situação, as necessidades da refuncionalização culminam em uma reconstituição interna, a qual não possui nenhum traço histórico.

Desse modo, pode-se constatar que a manutenção do aspecto arquitetônico não se mostra suficiente para a preservação da memória e da identidade de uma construção. Após uma preocupação quanto à manutenção da *forma*, é na refuncionalização em si que reside o sucesso ou não da preservação da memória, questão esta que, comumente, não é considerada nos processos de refuncionalização e, às vezes, nas suas análises. A nova *função* não deveria ser isenta de comprometimento para com a história do objeto.

Ademais da preservação da memória, faz-se necessário apontar um outro elemento a ser considerado nesta análise comparativa que consiste nos ganhos alcançados pela sociedade campineira como um todo, nestes processos de recuperação.²⁹ Para tanto, demanda-se o entendimento das diferenças entre a constituição do espaço público e do espaço privado ligadas aos objetivos de suas respectivas refuncionalizações.

A Estação Cultura, enquanto um espaço público, apresenta-se aberta a um uso cidadão; mais do que isso, ao constituir neste espaço a sede da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, o poder público possibilitou um uso pleno

²⁹ “O patrimônio arquitetônico da Estação foi recuperado (não restaurado) por nós, sempre com a assistência da Coordenadoria Setorial de Patrimônio Cultural (CSPC) da prefeitura e o acompanhamento do Condepacc. Em nossa opinião, a melhor maneira de preservar é usar de maneira adequada. Por isso, abrir a Estação para o povo de Campinas – que tinha na estação ferroviária central um marco cultural e afetivo muito forte, oferecendo atividades variadas, foi uma estratégia de recuperação, como primeiro passo para um posterior restauro”. Trecho de entrevista realizada junto ao ex-secretário da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, Valter Pomar, um dos responsáveis pelo estabelecimento da Estação Cultura.

desta área pela sociedade. O *Chalé Eclético*, por sua vez, apresenta característica oposta, estando marcada por um forte poder de inibição para o uso por indivíduos pertencentes a classes sociais desfavorecidas economicamente, o que, impreterivelmente, produz notada segregação sócio-espacial.

Pensando na refuncionalização da Estação Cultura e do Chalé Eclético, interessa entender que muitas possibilidades existiram, e que não se consumaram por diversos motivos, desde o âmbito das modificações urbanas, da especulação imobiliária ou da ingerência do Estado, até o campo mais personalista, imbuído de suas próprias peculiaridades. Devemos ter em mente que o *processo* histórico nos apresenta diversas variáveis que atuam em conjunto e são, ao seu modo, todas responsáveis pela construção do presente.

Pensando no objetivo inicial: avaliar os benefícios trazidos para a sociedade na refuncionalização de *enclaves anacrônicos* por atores públicos e privados; levando-se em conta dois fatores específicos, **a preservação da memória e o acesso da população** em geral a estes objetos. Cabe lembrar que a preservação da memória constitui-se em importante ferramenta para a produção de um espaço mais justo e identitário, e também para se definir de que maneira o espaço urbano em questão se colocará no atual período técnico, científico e informacional. Já a acessibilidade aos objetos técnicos traduz como o espaço urbano se apresenta à sociedade: como elemento agregador ou como elemento segregador e proibitivo.

No que tange à **preservação da memória**, poder-se-ia afirmar que a característica histórica e arquitetônica destes bens foram devidamente resguardadas. Dois pontos, porém, devem ser levantados:

1. Devido à sua importância para a cidade, como elemento componente de sua identidade, a Estação Central não deveria, como era de se esperar, ter destino semelhante ao Chalé Eclético, isto porque algumas das descaracterizações presentes no segundo objeto, no caso a sua constituição interna, seriam ofensivas à preservação da sua memória.
2. Mesmo que tenha ocorrido alguma descaracterização interna do Chalé, a sua restauração externa foi eficiente em manter sua simbologia original de

elite bucólica, sendo assim suficiente para preservar uma memória que não é tão relevante para Campinas quanto é a da Estação.

Já com relação à capacidade de **acesso da população**, ou seja, a acessibilidade do objeto, o poder público, como agente de refuncionalização, trouxe resultados muito mais expressivos para a melhoria da qualidade de vida da sociedade campineira, ao propiciar o uso pleno, e cidadão, de uma área de importância tão grande para a cidade. Mesmo que a opção mais desejada por muitos fosse um retorno a função original, este processo de refuncionalização atendeu às expectativas da sociedade, e atendeu ao caráter público que sempre permeou a Estação Central até chegar a uma Estação Cultura, resultado deveras satisfatório, ainda mais quando se constata a improbabilidade do retorno do transporte de passageiros pela ferrovia, ao menos em curto prazo.

Quanto ao segundo objeto, mesmo que não tenha o caráter de um espaço público pleno, devido a sua constituição como propriedade privada, o Giovanetti V acaba por representar mais do que um simples espaço privado, retirado da esfera pública: se torna símbolo de uma segregação sócio-espacial que deveria ter sido extinta, sendo também o símbolo de um espaço mercantilizado, no qual a cidadania só parece se concretizar por meio do consumo. Mesmo considerando-se que a própria história do *Chalé Eclético* se define como a marca do início do processo de segregação sócio-espacial em Campinas e que o poder público não possui condições de refuncionalizar todos os *enclaves anacrônicos*, espera-se que o caráter privado inerente a algumas refuncionalização não contribua para a perpetuação de um espaço de injustiças sociais. No caso do chalé, sim, ele representa o início da segregação sócio-espacial na cidade. Entretanto, isto não significa que esta segregação deva persistir, já que dessa forma, a própria memória se tornaria maculada.

Ainda que nesta análise o poder público tenha mostrado uma solução socialmente mais justa, nem sempre isto se concretizará, da mesma forma que nem sempre a iniciativa privada oferecerá como resultado de uma refuncionalização um espaço reservado aos que possuem maior poder econômico, até mesmo porque devemos considerar que há imensa diversidade

entre a constituição dos organismos privados, que podem possuir diferenças de escala ou até mesmo de princípios fundamentais, como por exemplo: grandes multinacionais, cooperativas fundamentadas na economia solidária ou até mesmo organizações não governamentais (ONGs) sem fins lucrativos. Desta forma, nem sempre o uso privado se constituirá em impeditivo ao acesso, e nem sempre o uso público atenderá plenamente a população.

O que se torna mais importante é que, como resultado deste trabalho, a sociedade como um todo despenda mais atenção aos processos de recuperação de *enclaves anacrônicos*, rejeitando e lutando contra processos calcados na reprodução de racionalidades impostas por um pensamento economicista. Tais ações podem culminar em refuncionalizações proibitivas e segregacionistas tanto pelo poder público, quando este se encontra permeado por interesses particulares, como pela iniciativa privada, a qual se fundamenta no lucro, obtido neste caso com a exploração do espaço urbano e de sua historicidade.

Cabe, sobretudo ao povo, à sociedade definir qual caminho tomar e evitar que, assim, seu futuro seja o reflexo do esquecimento e da destruição do seu passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADARÓ, Ricardo da S. C. **Plano de Requalificação Urbana da Área Central de Campinas**. Campinas: DEPLAN, 2002.

BRAGA, José. **Campinas entre o feito fetichizado e o fazer coletivo na definição dos investimentos públicos: limites e possibilidades**. Artigo encaminhado aos Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política. 2006.

CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (coordenadores). **A Região Metropolitana de Campinas: Urbanização, Economia, Finanças e Meio Ambiente**. Vol. 1 e 2. Campinas: UNICAMP, 2002.

CARLOS, Ana F. A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1994.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

LAPA, José R. A. **A cidade: os Cantos e os Antros: Campinas 1850 – 1900.** São Paulo: ediusp, 1996.

MAK, M. A. T. F. **Agentes públicos e privados na refuncionalização de formas urbanas na cidade de Campinas - SP.** Rio Claro: Tese (Mestrado) UNESP – IGCE, 2007.

PROCESSO DE TOMBAMENTO nº 004 de 21 de fevereiro de 1989. CONDEPACC. Tombamento do Complexo FEPASA.

PROCESSO DE TOMBAMENTO nº 007 de 17 de agosto de 1988. CONDEPACC. Tombamento de imóvel situado à rua Padre Vieira nº 1277.

REIS, Nestor G. **Estação Cultura: Patrimônio Ferroviário do Povo de Campinas.** São Paulo: Via das Artes, 2004.

RUSS, Thomas H. **Redeveloping Brownfield: Landscape Architects, Planner, Developers.** USA: Macgraw Hill, 2000.

SANCHEZ, L. E. **Desengenharia: o passivo ambiental na desativação de empreendimentos industriais.** São Paulo: EDUSP, 2001.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Espaço e Sociedade (Ensaio).** Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

Sítios Visitados

www.campinas.sp.gov.br/seplan/index.htm (março de 2007)

www.campinas.sp.gov.br/seplama/projetos/planodiretor2006/noticias/pdnoticias004.htm (março de 2007)

www.epa.gov/swerosps/brownfields/glossary.htm#borw - Environmental Protection Agency (EPA – USA) (outubro de 2006)

www.pitt.edu/~cities/brownfields.html - Centro Nacional para a Revitalização de Cidades Centrais – Universidade de New Orleans, abril, 1999. (outubro de 2006)